

“

ANÍBAL CAVACO SILVA

“O PS tem uma certa aversão às reformas estruturais”

O ex-Presidente da República não poupa nas palavras: diz que será preciso muita coragem política para tirar o País do beco a que a “geringonça” o conduziu e não tem dúvidas em considerar o euro uma bênção para os portugueses.

Por Helena Garrido Fotografia Tiago Sousa Dias

Para tirarmos partido do euro é preciso libertar a governação de partidos que defendem políticas que conduziram à miséria e à ditadura os países em que foram aplicadas.

Palavras de Aníbal Cavaco Silva que, nesta entrevista exclusiva à SÁBADO, considera que vai ser necessária muita coragem política para sair do beco a que a governação do PS apoiada pelos partidos de extrema-esquerda conduziu o País. E não está a antecipar que o governo que resulte das eleições tenha essa coragem política.

Numa conversa de quase duas horas, que teve como tema de fundo os 30 anos

Aníbal Cavaco Silva, fotografado no Convento do Sacramento, em Alcântara

do Tratado de Maastricht, assinado por Cavaco Silva enquanto primeiro-ministro, o ex-Presidente da República elenca as reformas que Portugal deve fazer para reverter a tendência recente de empobrecimento relativo. E identifica os erros que foram cometidos no passado.

Protagonista da construção do projeto da moeda única, Cavaco Silva reconhece que a arquitetura partiu incompleta, mas que se tem vindo a construir, em cada crise. Manifesta satisfação com a criação do fundo de 750 mil milhões de euros para combater os efeitos da pandemia e espera que os ministros das Finanças do euro aproveitem este precedente. Para que o euro possa dar mais um passo e ter um orçamento próprio.

Portugal é membro fundador e está no euro há mais de 20 anos. Em 2018 escreveu que “é importante reconhecer que Portugal não conseguiu ter sucesso na adesão à Zona Euro”. O que falhou?

A questão crítica que se colocou desde o início foi se Portugal iria conseguir cumprir os critérios de convergência que são exigidos para entrar no euro. Felizmente conseguiu cumprir e o Conselho Europeu, de maio de 1998, colocou Portugal no grupo dos 11 países fundadores do euro. Mas isto não foi suficiente para que a presença no euro fosse um sucesso. Pertencer à Zona Euro não impede os países de cometerem erros de política económica que podem ter um custo muito elevado. Foi o que sucedeu com Portugal, que cometeu três erros, que um país da Zona Euro não pode cometer.

Quais?

Desde logo porque não cumpriu os critérios de disciplina orçamental, constantes do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Foi o primeiro país a violar a disciplina orçamental, em 2002. Devo dizer que as instituições europeias também não se portaram muito bem, porque não fizeram o escrutínio à evolução orçamental de cada um dos países, a que eram obrigadas, neste caso de Portugal. Quando chega a crise de 2008 e depois a crise da dívida soberana em 2010, Portugal tem as contas públicas descontroladas.

Um segundo erro é que os governantes portugueses agiram como se o desequilíbrio das contas externas não fosse uma restrição da nossa política económica. Colocaram na cabeça que seria possível, à

“**Não somos apenas um país de salários baixos, somos um país de quase salários mínimos”**”

República, endividar-se sem limites no mercado internacional. E nós fomos acumulando défices. Nos primeiros 10 anos do século XXI, o défice das contas externas ultrapassou várias vezes 8% do Produto Interno Bruto. E o défice público ultrapassou 11% do PIB em 2010. Se um país recorre muito a financiamento externo, os mercados começam a desconfiar, o prémio de risco aumenta, a taxa de juro sobe e, a partir de um certo momento, os mercados podem encerrar a concessão de novos empréstimos ao país. Foi o que aconteceu a Portugal em 2011.

E o terceiro?

O terceiro grande erro é que Portugal, nesta primeira década do século XXI, descuro a competitividade. Apostou em bens não transacionáveis. Um país que pertence à Zona Euro, sem política cambial nem monetária próprias e com restrições à política orçamental, não pode descurar a competitividade da sua produção. Foi com



O ex-Presidente da República diz que Portugal cometeu três erros desde a adesão ao euro



a acumulação destes três erros que Portugal chega a 2011 numa situação em que havia praticamente uma bancarrota da economia. E foi assim que o Governo socialista da altura foi obrigado a recorrer, em situação de emergência, à Comissão Europeia a que se juntou o FMI e o BCE – a troika –, para garantir o financiamento do Estado e da economia. Um programa bastante severo e que competiu ao governo de coligação PSD-CDS implementar de forma a restabelecer os equilíbrios macroeconómicos da nossa economia. Isto

demonstrou de forma muito forte a incapacidade de Portugal tirar bom proveito da sua presença no núcleo duro da União Europeia, a Zona Euro.

Se não tivéssemos cometido esses erros estaríamos em melhores condições para enfrentar a crise financeira e depois a crise das dívidas soberanas?

Estariamos em melhores condições. Mas diria que isso não é hoje suficiente, face às orientações de política económica que têm sido seguidas depois de 2015. Neste tempo de pandemia Portugal tem beneficiado, em quantidade gigantesca, da política monetária seguida pelo BCE: os bancos são financiados à taxa de juro zero e o Estado emite dívida com juros muito baixos. Mas isso não é suficiente para retirar Portugal da trajetória de empobrecimento relativo, que nos tem levado para a cauda da Europa, em termos de nível de desenvolvimento medido pelo rendimento *per capita* em paridade do poder de compra. Temos sido ultrapassados por um grupo de países, com que nós nos devemos comparar.

O resgate e toda a política de ajustamentos não foram suficientes para garantir essa recuperação?

Só temos alguma chance de voltar a ter su-

cesso dentro da Zona Euro se formos capazes de fazer reformas profundas, diria um choque reformista, que favoreça a produtividade e a competitividade, a atração de investidores nacionais e estrangeiros e o aumento das exportações, em particular de tecnologia mais avançada. É fundamental que Portugal seja um país com certeza jurídica, em que o sistema jurídico é credível, perceptível por parte dos cidadãos e eficaz. É fundamental que Portugal seja um país com uma administração pública moderna, transparente, independente de partidos políticos, desburocratizada, que dê resposta célere às preocupações dos cidadãos. É preciso que o País tenha um sistema fiscal equitativo e competitivo na atração de investimento. E um sistema fiscal simples e estável. É preciso pôr fim a um sistema em que, a cada orçamento, se fazem modificações fiscais profundas, criando instabilidade. E é preciso também pôr fim a esta atitude, que o Governo da chamada Geríngonça tem vindo a tomar, de hostilidade em relação às grandes empresas e não favorecendo a iniciativa privada. Um País que não tenha na sua bolsa algumas grandes empresas, de capital total ou parcial nacional e com presença no estrangeiro, não é respeitado na cena económica e financeira internacional. Aquilo que é necessário fazer, para Portugal inverter esta tendência de empobrecimento relativo em direção à cauda da Zona Euro, exige uma grande coragem política, que eu não estou a antecipar que exista.

E porque é que não está a antecipar que exista essa coragem política?

Como vimos, o Partido Socialista tem uma certa aversão às reformas estruturais. E são necessárias mudanças profundas para pôr fim aos bloqueios ao nosso desenvolvimento económico e social. Como tive ocasião de explicar, num artigo no *Expresso*, o Partido Socialista, apoiado pelos partidos da extrema-esquerda, conduziu o País para um beco cuja saída é muito estreita e, por isso, requer muita, muita, coragem política.

Pense-se só no montante gigantesco de despesa pública corrente rígida, permanente, para que o próprio atual governador do Banco de Portugal tem chamado a atenção. Quem terá coragem para reduzir o peso dessa despesa do nosso orçamento? Eu não estou a ver quem é que terá essa coragem.

Há 30 anos, Aníbal Cavaco Silva assinou o Tratado de Maastricht, como primeiro-ministro



Cavaco Silva recorda como o Tratado de Maastricht foi um passo de gigante na integração europeia



Essa coragem poderá ser desencadeada por um governo de maioria absoluta?

Portugal está a tornar-se, cada vez mais, um país de salários baixos. O salário mediano, aquele que tem tantas pessoas a ganhar acima dele como abaixo, está a aproximar-se do salário mínimo. O mesmo com o salário médio. O que quer dizer que não somos apenas um país de salários baixos, somos um país de quase salários mínimos. Se não conseguirmos libertar a governação de partidos que defendem políticas que conduziram à miséria e à ditadura os países em que foram aplicadas, não vejo como é que podemos tirar partido da presença no euro. Quando um país tem de pagar, com o produto dos seus impostos, uma parte do salário mínimo que as empresas pagam aos seus trabalhadores, está tudo dito quanto à gravidade da situação económica e financeira que o país atravessa.

Repare-se que Portugal e a Irlanda foram sujeitos a um programa da troika. Os dois saíram de forma limpa. A Irlanda aproveitou bem, realizou as reformas necessárias, em particular na banca, e tem alcançado taxas de crescimento económico anual de 6, 7, 8%. O governo da geringonça recebeu também do anterior Governo um País com os desequilíbrios macroeconómicos corrigidos e, no entanto, não fez nada disso, fez o contrário. E enquanto nós caminhamos no sentido do país menos desenvolvido da Zona Euro, a Irlanda caminha no sentido de se tornar um dos mais desenvolvidos.

Por isso é que as eleições que aí vêm não vão permitir aferir qual será o grau de coragem política do Governo que se vai formar. É uma grande curiosidade que tenho. Porque sem uma grande coragem política, não temos qualquer hipótese de sair desta situação de empobrecimento relativo em que nos encontramos.

Receio que os jovens portugueses, que tenham talento e qualificações, se quiserem subir na vida, só lhes reste ir para o estrangeiro. Como país de salários baixos que somos, aqueles que cá ficarem, podem ficar condenados durante muito tempo a ganharem mil, 1.200, 1.300 euros.

Isso mostra bem a dimensão da coragem política que é necessária para conseguir enfrentar a situação económica a que os governos do PS conduziram o nosso país.

Esteve envolvido na negociação do Tratado de Maastricht aprovado na Cimeira

de 9 e 10 de dezembro e presidiu à assinatura a 7 de fevereiro de 1992. Houve logo na altura a noção de que a UEM estava incompleta?

Foi aprovada a arquitetura possível naquele tempo. Foi um passo de gigante, em frente, no aprofundamento da integração Europeia. O Tratado Maastricht criou a União Económica e Monetária com três componentes. A primeira é a monetária, com uma arquitetura federalista: um banco central único, uma moeda única, uma política monetária única.

Depois uma componente orçamental em que Estados-membros eram proibidos de ter défices excessivos, através do Pacto de Estabilidade e Crescimento, sendo supervisionado pelo ECOFIN [Conselho de ministros das Finanças da União Europeia]. Finalmente a componente económica, consagrando expressamente o Tratado, que a política económica de cada Estado-membro, sendo do interesse de todos, era coordenada no seio do Conselho. Foi uma arquitetura muito avançada na parte monetária, mas bastante incompleta na área económica e orçamental. Tivemos depois a crise financeira internacional em 2008 e a seguir a da dívida soberana que atingiu o pico em 2011 com a Grécia. E que contagiou os outros países, como Irlanda, Portugal, Espanha e Chipre. Foi uma crise que, de acordo com alguns, na altura, era a prova de que a União Europeia se poderia desintegrar e que o euro não era uma moeda irreversível. Teses em que nunca acreditei.

Na altura era Presidente da República. Admitiu alguma vez que Portugal poderia sair do euro?

Nunca acreditei. Porque sabia, como economista, que o Banco Central Europeu ti-

na instrumentos suficientes para enfrentar qualquer crise financeira. Podia criar moeda na quantidade que quisesse para emprestar aos bancos ou para comprar títulos de dívida pública. E em julho de 2012, num discurso em Londres, Mario Draghi pôs fim a esse rumor, de que o euro poderia chegar ao fim, quando disse que o BCE estava preparado para intervir no mercado em quantidades ilimitadas. E avisou que seria um jogo perdido apostar no colapso do euro. Nunca acreditei também porque me recordo, pouco depois de o euro ter sido criado, de o prémio Nobel Milton Friedman ter afirmado que não duraria mais de 10 anos até entrar em colapso. E recordo-me também daquilo que disse o primeiro-ministro grego da altura, [Aléxis Tsipras], líder do Syriza. Em 2015 fez um referendo perguntando aos gregos se queriam que o governo cumprisse o programa de emergência imposto pela troika. E a resposta foi não, tal como ele desejava, mas depois voltou atrás. Mais tarde, numa entrevista ao *The Guardian*, perguntam-lhe: “fez um referendo, ganhou e depois não saiu do euro?” A resposta dele foi a seguinte: “Sair do euro? E para que galáxia é que eu ia?” Isso mostra bem que a entrada no euro é uma opção, mas a saída não é. Qualquer político tem pânico, pânico, sobre o que sucederia ao seu país se decidisse sair do euro e repor a moeda nacional. Seria o caos. Não antecipo que algum país do euro venha a sair, no futuro. O único país que o poderia fazer, se quisesse, mas que económica e politicamente não o faz, é a Alemanha.

Voltando à questão, pensa que aquilo que foi feito para completar a União Monetária durante a crise das dívidas soberanas é suficiente?

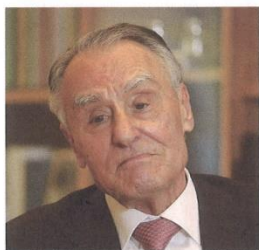
“As eleições vão permitir aferir o grau de coragem política do Governo”

Foram dados passos importantes. Mas foram também os passos politicamente possíveis. A negociação política é sempre muito complexa, com países com preferências ideológicas diferentes, com governos de máis variada natureza, alguns separados dos outros em muitos milhares de quilómetros. Os acordos entre os Estados não são soluções ótimas, determinadas por análises racionais. Um dos passos importantes foi o Tratado Orçamental que impôs, por exemplo, que os governos, antes de apresentarem no parlamento nacional os seus orçamentos, tinham de submetê-lo às entidades europeias para análise. Foi ainda criado o Mecanismo de Europeu de Estabilidade para apoiar os países em situação de emergência. Um apoio que é dado impondo que os países adotem medidas para repor os seus equilíbrios macroeconómicos. Foi o que fez a troika a Portugal, mas também à Grécia, Irlanda, Chipre e até Espanha. Mas, além disso, face à situação de crise que atingia vários sistemas bancários, foi decidido criar a União Bancária com três componentes. Uma é a supervisão bancária, que foi transferida do nível nacional para o BCE, outra é o mecanismo de resolução para fazer face às crises bancárias e, a terceira, o sistema de garantia de depósitos. Este último não está ainda em vigor. Tem sido difícil chegar a um acordo nesta área, com objeções levantadas, em particular por parte da Alemanha, devido ao sistema bancário muito disperso que tem. Mas o novo chancellor, que foi ministro das Finanças, fez, no passado, declarações favoráveis à aprovação do sistema de garantia de depósitos bancários.

Os avanços que se deram na sequência da crise da dívida soberana são passos importantes, mas ainda não se completou totalmente a arquitetura da União Económica e Monetária. É ainda necessário completar a União Bancária e criar a união do mercado de capitais para aumentar o papel internacional do euro e aumentar a sua resiliência.

A pandemia está também a contribuir para uma nova etapa na construção do euro?
Quero começar por sublinhar que o euro é inequivocamente um caso de sucesso. Está aí como uma moeda forte e para fi-

car. Hoje o euro é a moeda oficial de 19 países com 340 milhões de habitantes. É um pilar do sistema monetário internacional, utilizado como moeda de reserva dos bancos centrais, nos pagamentos internacionais, nos investimentos e é a moeda-âncora das moedas de 60 países, entre eles Cabo Verde. O euro é um dos ativos mais valiosos que a minha geração deixa aos jovens portugueses. Milton Friedman falhou. O senhor Tsipras, na Grécia, mostrou claramente que sair não é uma opção. Só uma questão dramática, trágica, ao nível mundial ou europeu, que espero que nunca aconteça, é que poderia levar ao fim do euro. É o euro que confere poder económico à União Europeia, ao nível internacional.



O antigo Presidente não tem dúvidas: o euro é um caso inequívoco de sucesso

Para Cavaco Silva, pertencer ao euro é uma bênção para os portugueses



Voltando aos desafios do euro. Pensa que a pandemia está a contribuir para se dar um novo salto na construção do euro?
Fiquei bastante satisfeito que a União Europeia tenha aprovado um fundo de 750 mil milhões para fazer face à recessão económica generalizada, gerada pela pandemia, sendo esse fundo financiado com empréstimos contraídos no mercado. É uma decisão que surge na sequência daquilo que já tinha sido feito pelo BCE, que deu o primeiro passo.

Como tenho vindo a defender, em artigos publicados principalmente no estrangeiro, é fundamental dotar a Zona Euro de uma função centralizada de estabilização macroeconómica, um orçamento da Zona Euro, para apoiar aqueles países que são atingidos de forma assimétrica. Por exemplo, um país que depende muito do petróleo, se o preço sobe esse país é muito mais penalizado do que outro que tenha energia nuclear, como a França. Seria também um orçamento para responder a crises económicas globais na Zona Euro. Isto resolvia um problema da União Monetária: temos uma política monetária única e, do outro lado, temos 19 políticas orçamentais nacionais. A política orçamental da Zona Euro, como um todo, é a soma de todos esses orçamentos que, apesar de coordenados, refletem as prioridades de cada um dos Estados membros. Uma função europeia de estabilização permite ter uma combinação de política monetária e orçamental mais adequada ao

crescimento económico sustentado e não inflacionista na Zona Euro. A ausência desta função de estabilização coloca muita pressão sobre a política monetária, que tem como principal objetivo a estabilidade de preços. A política monetária pede-se demasiado. Mas há limites para utilizar a política monetária como instrumento de estabilização de toda a Zona Euro.

E há crises cuja terapia não passa pela utilização da política monetária?

Como acontece em Portugal, onde o que faz falta são reformas estruturais às quais o Governo da geringonça tem aversão e daí o nosso empobrecimento relativo.

Pensa que este fundo criado para a pandemia é o primeiro passo no sentido desse mecanismo de estabilização?

A aprovação deste programa de 750 mil milhões é um precedente que eu espero que seja apanhado pelo Eurogrupo (Conselho de ministros das Finanças dos países do euro) para propor algo permanente para a Zona Euro, que passe por um orçamento próprio para responder às crises provocadas por fatores exógenos.

Mas já vinha a ser trabalhado com o BICC que por sua vez não foi exatamente aquilo que a comissão propôs.

A Comissão Europeia há muito tempo que diz que não há União Monetária que não tenha também uma política macroeconó-

“É fundamental um choque reformista para inverter a tendência de empobrecimento”

mica de estabilização. Mas enquanto isso é aceite ao nível do debate técnico, tem sido muito difícil de aceitar ao nível do debate político. O Instrumento Orçamental de Convergência e Competitividade [BICC na sigla inglesa] é um passo importante, mas, dele, foi excluído, a nível político, a função de estabilização.

É o problema do risco moral. É um Estado dizer: “Então eu vou pagar os erros que os outros cometem no desenho das suas políticas e económicas?” Como foi o caso do discurso da Holanda na discussão do programa de 750 mil milhões de euros para responder à pandemia. Se um dia existir um acordo, para criar esta política macroeconómica centralizada, é talvez necessário ter um ministro das Finanças da Zona Euro, com capacidade de intervenção no desenho das grandes linhas de orientação económica dos diferentes governos. Para que nenhum governo tenha a sensação de que está a pagar os erros que os outros fazem. E tentar evitar aquela situação em que um governo pense: “Vou relaxar aqui a minha política económica porque se existir algum problema a Zona Euro virá a apoiar-me na estabilização da minha economia, até poderá pagar alguns subsídios de desemprego e financiar alguns investimentos.”

Pensa que a União Económica e Monetária só progride com as crises?

Penso que sim. Quando a crise se torna visível, retroceder não é solução, então temos de avançar. Tem sido sempre assim. E vai continuar a ser.

Portugal terá de enfrentar e se preparar para todas estas mudanças. Será benéfico para Portugal?

É fundamental que em Portugal ocorra um verdadeiro choque reformista para que se possa inverter a tendência de empobrecimento relativo e para abrir melhores perspetivas para as gerações mais novas. Mas volto a repetir: chegámos a uma situação em que é preciso muita coragem política, que eu neste momento não consigo antecipar. Os portugueses, com todos os benefícios que têm tido e que vieram ao de cima neste tempo de pandemia, só têm razões para se congratularem mil vezes por Portugal pertencer à Zona Euro. Portugal pertencer ao euro é uma verdadeira bênção. □